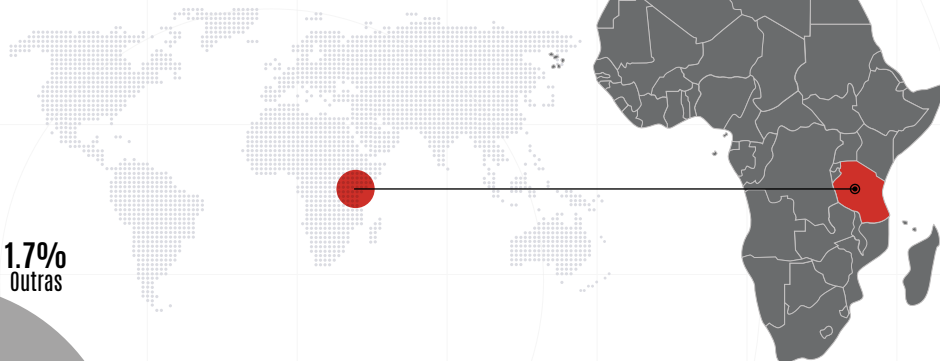
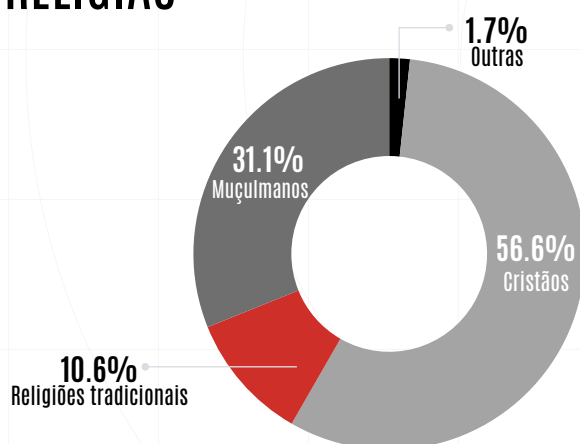




# TANZÂNIA

## RELIGIÃO



População

**62,774,619**

PIB per capita

**2,683 US\$**

Área

**947,303 Km<sup>2</sup>**

Índice de Gini\*

**40,5**

\*Desigualdade económica

## DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E SUA APLICAÇÃO EFECTIVA

A Constituição da República Unida da Tanzânia data de 1977. Foi alterada várias vezes e em 2014 iniciou-se um processo de consulta a nível nacional a fim de explorar a sua revisão. Em 2020, este processo estava ainda em suspenso e, por conseguinte, o documento de 1977 continua em vigor.

O artigo 19.º dessa Constituição afirma que “cada pessoa tem direito à liberdade de pensamento ou consciência, crença ou fé, e à escolha em termos de religião, incluindo a liberdade para alterar a sua fé ou religião”.<sup>1</sup> O documento também defende os princípios de igualdade e não discriminação em relação à religião (artigo 13.º, n.º 5), e proíbe os partidos políticos que visem “promover ou apoiar os interesses de [...] qualquer fé ou grupo religioso” (artigo 20.º, n.º 2, alínea a, i).

A nova Constituição em esboço contém outras especificidades sobre a extensão e os limites do direito à liberdade religiosa. Em particular, o novo artigo 40.º contém disposições detalhadas para proteger o direito à liberdade de consciência e fé, o direito a celebrar e propagar livremente a sua religião, desde que não se infrinja a lei do

país, o direito de organização das comunidades religiosas independentemente das competências do Governo. Ao mesmo tempo, a liberdade de culto é regulamentada pela lei e não pode ser usada para perturbar a paz, propagar o ódio ou a agitação social. A religião também não pode ser usada para promover hostilidade ou divisão entre os cidadãos.<sup>2</sup> O artigo 209.º (n.º 2, alínea d, iii) diz também que as eleições devem ser livres de “pronunciamentos que indiquem tribalismo, provincialismo, preconceitos religiosos”,<sup>3</sup> entre outras coisas.<sup>4</sup>

A Constituição de Zanzibar<sup>5</sup> – que desde 1964 faz parte da República Unida da Tanzânia, mas que é autónoma, tendo o seu próprio presidente e Parlamento – contém as mesmas garantias de liberdade religiosa que a versão da Constituição da Tanzânia ainda em vigor.

Todas as organizações religiosas são obrigadas a registar-se junto do Ministério do Interior na Tanzânia e no Registo Civil Geral em Zanzibar.<sup>6</sup> Para o registo são necessários os nomes de, pelo menos, 10 membros, juntamente com os estatutos, currículos dos líderes e uma carta de recomendação do prefeito do seu distrito de origem. Além disso, as organizações muçulmanas são obrigadas a apresentar provas de autorização do Conselho Muçulmano Nacional da Tanzânia (Bakwata), ou uma autoriza-

ção semelhante do mufti local caso estejam sediadas em Zanzibar.

O Governo de Zanzibar nomeia um mufti, um jurista profissional que interpreta a sharia (lei islâmica), para supervisionar as organizações muçulmanas. Alguns muçulmanos argumentaram que esta prática representa uma interferência governamental excessiva. Na Tanzânia, a Bakwata escolhe o mufti.<sup>7</sup>

A 27 de Junho de 2019, a Assembleia Nacional da Tanzânia adoptou o chamado Projecto de Lei Escrita, que consiste numa série de alterações às leis existentes relativas a organizações não governamentais, empresas e sociedades (entre outras).<sup>8</sup> Estas alterações foram criticadas por introduzirem “restrições generalizadas aos já precários direitos humanos do país”.<sup>9</sup> Segundo a Amnistia Internacional, o projecto de lei “restringiria os direitos à liberdade de expressão e de reunião e associação pacífica, incluindo a imposição de restrições inadmissíveis às organizações da sociedade civil e o reforço da censura”.<sup>10</sup>

A nova legislação daria ao Governo amplos poderes para avaliar, investigar e suspender as organizações da sociedade civil. Segundo Jebra Kambole, uma jurista tanzaniana citada pela Deutsche Welle, “o conservador do registo pode recusar-se a registar algumas instituições como igrejas, mesquitas ou empresas sem dar qualquer razão válida”. O Governo declarou que estas novas leis estavam apenas a preencher uma lacuna na legislação existente para controlar as empresas e organizações da sociedade civil e que os países vizinhos tinham regulamentos semelhantes.<sup>11</sup>

Um ano mais tarde, em Junho de 2020, os legisladores tanzanianos aprovaram a Lei Escrita (Lei de Alterações Diversas) n.º 3 de 2020, que os críticos vêem como uma ameaça à autonomia dos grupos da sociedade civil.<sup>12</sup> Entre outros, afirmam que ela suprime os litígios de interesse público e concede imunidade aos altos funcionários dos ramos executivo, legislativo e judicial do Governo.<sup>13</sup>

O ensino da religião nas escolas públicas é permitido, mas apenas como disciplina extracurricular. As aulas devem ser aprovadas pela direcção da escola ou pelas associações de professores e pelos pais, e são disponibilizadas sem custos pelos pais ou outros voluntários.<sup>14</sup> As escolas e universidades religiosas são legais, e existem muitas, sejam elas cristãs (tanto católicas como protestantes) ou islâmicas. As organizações cristãs são obrigadas a apresentar-se no Ministério do Interior com uma carta de acre-

dição da hierarquia da sua própria denominação.

As festividades religiosas nacionais reconhecidas incluem as festas cristãs de Sexta-feira Santa, Segunda-feira de Páscoa e dia de Natal, e as festas muçulmanas do Maulid, Eid al-Fitr e Eid al-Adha.<sup>15</sup>

## INCIDENTES E EVOLUÇÃO

A Tanzânia tem uma longa tradição de coexistência pacífica entre diferentes confissões religiosas, particularmente entre Cristãos e Muçulmanos, e a liberdade religiosa é em geral respeitada. A religião não é geralmente vista como um factor de desunião e os conflitos e tensões sociais durante o período em análise são tipicamente entendidos como sendo causados por disputas entre partidos políticos e não entre religiões.<sup>16</sup> No entanto, alguns incidentes afectaram a comunidade cristã em Zanzibar, uma região dominada por muçulmanos.

Em Maio de 2018, o Bispo Daniel Kwileba Kwiyeza da Pentecostal Evangelistic Fellowship of Africa (PEFA) e a sua filha foram presos enquanto ele pregava. Foram libertados no dia seguinte, mas o incidente foi seguido de uma ordem de encerramento da sua igreja. Isto resultou de queixas de clérigos muçulmanos locais de que os cultos cristãos eram demasiado barulhentos.<sup>17</sup>

Mais tarde nesse ano, as Assembleias Pentecostais de Deus encontraram-se em desacordo com os muçulmanos locais por causa do seu desejo de construir uma igreja. Desde 2004 que as Assembleias tinha tentado assegurar o seu próprio local de culto, mas a última tentativa tinha sido frustrada por um tribunal em 2017.<sup>18</sup> Numa entrevista em Setembro de 2018, o Reverendo Amos Kanula (líder das Assembleias Pentecostais de Deus em Zanzibar) disse: “A nossa liberdade de culto foi violada por muçulmanos que têm uma vantagem no sistema judicial de Zanzibar”.<sup>19</sup> O clérigo também relatou ameaças contra a sua comunidade por parte de alguns muçulmanos por terem recorrido da decisão do tribunal.

A 4 de Novembro de 2018, o presidente John Magufuli, líderes da Igreja e dignitários reuniram-se com milhares de cristãos para celebrar o 150.º aniversário da fé católica na Tanzânia.<sup>20</sup>

Em Fevereiro de 2019, a polícia prendeu Pius Luhende, director executivo do conselho municipal de Itigi, e dois guardas-florestais, sob a acusação de dispararem e matarem um membro da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Alegadamente, os três homens tinham ido à igreja adventista em Singida para cobrar impostos quando, segundo os membros da congregação, após o serviço, os três acusados envolveram-se em confrontos físicos com alguns fiéis da igreja no exterior do edifício antes de matarem a vítima.<sup>21</sup>

Para além destes casos, nenhum outro incidente grave foi relatado em relação à liberdade religiosa durante o período em análise. De facto, ao contrário dos anos anteriores, não foram relatados ataques graves por parte de islamistas radicais contra alvos cristãos. Contudo, os cristãos na Tanzânia, e em menor grau os Muçulmanos, têm estado cada vez mais preocupados com a crescente violência islamista interna e na região da África Oriental.

A confirmação destes receios ocorreu em finais de 2020, quando as autoridades tanzanianas declararam, a 23 de Outubro de 2020, que aproximadamente 300 islamistas moçambicanos filiados no autoproclamado Estado islâmico atacaram Kitaya, uma aldeia fronteiriça na região de Mtwara dentro da Tanzânia.<sup>22</sup> Para fazer face à ameaça, a Tanzânia juntou-se ao seu vizinho do sul, Moçambique, para patrulhar conjuntamente a fronteira comum. Uma insurreição islâmica tem vindo a assolar a antiga colónia portuguesa desde 2017.<sup>23</sup>

Apesar da pandemia do coronavírus, as igrejas permaneceram abertas, mas tiveram de limitar os seus serviços e reduzir a sua capacidade a fim de cumprir as medidas de distanciamento social. A maior parte do trabalho missionário, porém, parou.<sup>24</sup> A fim de respeitar as medidas de distanciamento social, o gabinete de catequese da Conferência Episcopal da Tanzânia lançou um programa de catequese para crianças através da rádio.<sup>25</sup> Em Abril de 2020, o presidente Magufuli, que é católico, apelou a uma oração de três dias após o surto da pandemia.<sup>26</sup>

## PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Em geral, a longa tradição de respeito pela liberdade religiosa na Tanzânia continua. No entanto, subsistem preocupações quanto ao respeito pelos princípios democráticos e ao impacto final sobre os direitos humanos. Observadores locais e internacionais afirmam que a reeleição de Outubro de 2020 do presidente John Magufuli foi deficiente e fraudulenta.<sup>27</sup>

Em Julho de 2020, especialistas das Nações Unidas criticaram a repressão contra a oposição e a dissidência,

exortando o Governo a “abandonar imediatamente as medidas legislativas e outras medidas que reduzam ainda mais o espaço cívico”.<sup>28</sup> Em Fevereiro de 2018,<sup>29</sup> a Igreja Católica da Tanzânia já tinha apelado ao respeito pelo Estado de direito e denunciado “violações da Constituição e das leis nacionais”.

Existem algumas preocupações sobre as restrições à liberdade religiosa para a comunidade cristã na ilha de Zanzibar, mas resta saber se a situação se agrava.

Relativamente à violência islamista radical, a situação tinha melhorado até à recente incursão proveniente da província de Cabo Delgado (que faz fronteira com a Tanzânia), onde uma insurreição islamista que começou em 2017 se intensificou em 2020. As perspectivas para a liberdade religiosa permanecem estáveis.

## NOTAS

- 1 Tanzania (United Republic of) 1977 (rev. 2005), Constitue Project, [https://www.constitueproject.org/constitution/Tanzania\\_2005?lang=en](https://www.constitueproject.org/constitution/Tanzania_2005?lang=en) (acedido a 5 de Dezembro de 2020).
- 2 The Proposed Draft Constitution of Tanzania (de Setembro de 2014) (unofficial translation, Institute for Democracy and Electoral Assistance, [http://constitutionnet.org/sites/default/files/the\\_proposed\\_constitution\\_of\\_tanzania\\_sept\\_2014.pdf](http://constitutionnet.org/sites/default/files/the_proposed_constitution_of_tanzania_sept_2014.pdf) (acedido a 21 de Outubro de 2020).
- 3 Ibid.
- 4 Ibid.
- 5 The Constitution of Zanzibar, United Republic of Tanzania, NATLEX, International Labour Organization, [https://www.ilo.org/dyn/natlex/natlex4.detail?p\\_lang=en&p\\_isn=94122](https://www.ilo.org/dyn/natlex/natlex4.detail?p_lang=en&p_isn=94122) (acedido a 7 de Janeiro de 2021).
- 6 Gabinete para a Liberdade Religiosa Internacional, “Tanzania”, 2019 Report on International Religious Freedom, Departamento de Estado Norte-Americano, <https://www.state.gov/reports/2019-report-on-international-religious-freedom/tanzania/> (acedido a 21 de Outubro de 2020).
- 7 Ibid.
- 8 “A controversial bill awaits the Tanzanian president’s signature”, Deutsche Welle, 28 de Junho de 2019, <https://www.dw.com/en/a-controversial-bill-awaits-the-tanzanian-presidents-signature/a-49400335> (acedido a 21 de Outubro de 2020).
- 9 “Tanzania: Discard new law restricting human rights”, Amnesty International, 21 de Junho de 2019, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2019/06/tanzania-authorities-rushing-to-pass-bill-to-further-repress-human-rights/> (acedido a 20 de Outubro de 2020).
- 10 Ibid.
- 11 “A controversial bill awaits the Tanzanian president’s signature”, Deutsche Welle, 28 de Junho de 2019, <https://www.dw.com/en/a-controversial-bill-awaits-the-tanzanian-presidents-signature/a-49400335> (acedido a 21 de Outubro de 2020).
- 12 “Tanzania: Planned law amendments to prevent solidarity lawsuits must be rejected”, Amnistia Internacional, 5 de Junho de 2020, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2020/06/tanzania-planned-law-amendments-to-prevent-solidarity-lawsuits-must-be-rejected/> (acedido a 4 de Janeiro de 2021).
- 13 “Tanzania ban on public interest litigation bad for human rights – PIN”, Africanews, 16 de Junho de 2020, <https://www.africanews.com/2020/06/16/tanzania-ban-public-interest-litigation-human-rights-concerns/> (acedido a 4 de Janeiro de 2021).
- 14 Gabinete para a Liberdade Religiosa Internacional, op. cit.
- 15 “Tanzania in details - Public Holidays”, Lonely Planet, <https://www.lonelyplanet.com/tanzania/narratives/practical-information/directory/public-holidays> (acedido a 4 de Janeiro de 2021).
- 16 “Tanzania”, Religious Freedom Report 2018, Ajuda à Igreja que Sofre, <https://religious-freedom-report.org/report/?report=886> (acedido a 21 de Outubro de 2020).
- 17 “Authorities in Zanzibar, Tanzania Close Down church”, Morning Star News, 24 de Maio de 2018, <https://morningstarnews.org/2018/05/authorities-in-zanzibar-tanzania-close-down-church/> (acedido a 21 de Outubro de 2020).
- 18 “One Year Later: Church in Zanzibar Still Fighting for the Right to Worship”, Christian Telegraph, 7 de Setembro de 2018, <https://www.christiantelegraph.com/2018/09/07/one-year-later-church-in-zanzibar-still-fighting-for-the-right-to-worship/> (acedido a 21 de Outubro de 2020).
- 19 “One Year Later: Church in Zanzibar Still Fighting for the Right to Worship”, Christian Telegraph, 7 de Setembro de 2018, <https://www.christiantelegraph.com/2018/09/07/one-year-later-church-in-zanzibar-still-fighting-for-the-right-to-worship/> (acedido a 21 de Outubro de 2020).
- 20 “Tanzania celebrates 150 years of the Catholic Faith”, Vatican News, 5 de Novembro de 2018, <https://www.vaticannews.va/en/africa/news/2018-11/tanzania-celebrates-150-years-of-the-catholic-faith.html>
- 21 Departamento de Estado Norte-Americano, 2019 Report on International Religious Freedom: Tanzania, European Country of Origin Network, <https://www.ecoi.net/de/dokument/2031227.html> (acedido a 4 de Janeiro de 2021).
- 22 “Tanzania confirms 1 attack by Mozambique-based extremists”, AP, 23 de Outubro de 2020, <https://apnews.com/article/dodoma-tanzania-islamic-state-group-mozambique-48d8c438da403810a8a11f869ecd97ca> (acedido a 4 de Janeiro de 2021).
- 23 Charles Kombe, “Tanzania Teams Up with Mozambique to Contain Terrorists”, Voice of America, 26 de Novembro de 2020, <https://www.voanews.com/africa/tanzania-teams-mozambique-contain-terrorists> (acedido a 4 de Janeiro de 2021).
- 24 “How PMS in Tanzania is working in order to face the COVID-19 emergency”, Agenzia Fides, 9 de Maio de 2020, [http://www.fides.org/en/news/67888-AFRICA\\_TANZANIA\\_How\\_PMS\\_in\\_Tanzania\\_is\\_working\\_in\\_order\\_to\\_face\\_the\\_COVID\\_19\\_emergency](http://www.fides.org/en/news/67888-AFRICA_TANZANIA_How_PMS_in_Tanzania_is_working_in_order_to_face_the_COVID_19_emergency) (acedido a 23 de Outubro de 2020).
- 25 “Prevention from contagion: the Bishops activate catechism for children via radio”, Agenzia Fides, 15 de Junho de 2020, [http://www.fides.org/en/news/68129-AFRICA\\_TANZANIA\\_Prevention\\_from\\_contagion\\_the\\_Bishops\\_activate\\_catechism\\_for\\_children\\_via\\_radio](http://www.fides.org/en/news/68129-AFRICA_TANZANIA_Prevention_from_contagion_the_Bishops_activate_catechism_for_children_via_radio) (acedido a 23 de Outubro de 2020).
- 26 “Coronavirus: the President of Tanzania proclaims three days of national prayer”, Agenzia Fides, 17 de Abril de 2020, [http://www.fides.org/en/news/67765-AFRICA\\_TANZANIA\\_Coronavirus\\_the\\_President\\_of\\_Tanzania\\_proclaims\\_three\\_days\\_of\\_national\\_prayer](http://www.fides.org/en/news/67765-AFRICA_TANZANIA_Coronavirus_the_President_of_Tanzania_proclaims_three_days_of_national_prayer) (acedido a 20 de Outubro de 2020).
- 27 “Fear of violence grows as Tanzania opposition denounces election”, Al Jazeera, 29 de Outubro de 2020, <https://www.aljazeera.com/news/2020/10/29/fears-of-violence-grows-as-tanzania-opposition-denounces> (acedido a 30 de Outubro de 2020).
- 28 “UN experts call on Tanzania to end crackdown on civic space”, Gabinete do Alto Comissariado para os Direitos Humanos, 22 de Julho de 2020, <https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=26117&LangID=E> (acedido a 30 de Outubro de 2020).
- 29 “Tanzania’s ‘dictator’ president threatening national unity: Catholic bishops”, africanews, 11 de Fevereiro de 2018, <https://www.africanews.com/2018/02/11/tanzania-s-dictator-president-threatening-national-unity-catholic-bishops/> (acedido a 7 de Janeiro de 2021).